

ELEIÇÕES AUTARQUICAS 2025 

ROTEIRO 

ROTEIRO

ROTEIRO

**PELA VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
DE APOIO EDUCATIVO!**

STAE
ZONA NORTE

STAE
ZONA CENTRO

STAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

Enquadramento

A Federação Nacional da Educação (FNE) e os seus sindicatos filiados:



Apresentam aos candidatos às autarquias um conjunto de preocupações, reivindicações e propostas concretas relativas ao papel essencial do Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) nas escolas públicas, com vista à sua valorização, dignificação e qualificação, no âmbito das competências educativas das autarquias.

Diagnóstico da Situação Atual

Os Trabalhadores de Apoio Educativo desempenham um papel **fundamental** no funcionamento das escolas, assegurando:



No entanto, enfrentam **graves dificuldades**:

- **Carência de profissionais:** número insuficiente de Assistentes Técnicos (AT) e Assistentes Operacionais (AO) nas escolas, afetando a segurança e a qualidade do serviço educativo;
- **Precariedade laboral:** vínculos precários, horários parciais e contratação intermitente;
- **Desvalorização profissional:** ausência de planos de carreira claros, estagnação salarial e falta de reconhecimento institucional;
- **Formação insuficiente:** escassas ou inexistentes oportunidades de formação contínua e especializada;
- **Ambientes de trabalho:** sobrecarregados e desgastantes, especialmente nas escolas com contextos socioeducativos mais exigentes.

Reivindicações Prioritárias

A FNE defende junto das autarquias os seguintes compromissos:

1. Reforço Urgente dos Quadros de TAE

- Garantir a **adequação do número de trabalhadores**, ajustando o rácio às necessidades de cada escola/agrupamento, considerando os alunos de todos os níveis de ensino;
- Priorizar a **contratação efetiva** (em detrimento de soluções temporárias e precárias).

2. Valorização e Reconhecimento da Carreira

- Implementar planos de **progressão profissional e valorização salarial**;
- Reconhecer os TAE como **parte integrante e essencial das equipas educativas**.

3. Formação Profissional Contínua

- Desenvolver **planos locais de formação contínua**, articulados com as necessidades identificadas pelas direções escolares e pelos próprios profissionais;
- Promover formação especializada em áreas como:
 - Primeiros Socorros (físicos e mentais);
 - Intervenção em contextos de inclusão;
 - Capacitação Digital;
 - Gestão de conflitos e comunicação com alunos e famílias;
 - Relações Humanas e Liderança.

4. Melhoria das Condições de Trabalho

- Garantir condições dignas nos espaços de apoio (salas de trabalho e de descanso, equipamentos de proteção, outros);
- Reduzir o **desgaste profissional** através de uma melhor organização dos tempos de trabalho e apoio psicológico sempre que necessário.

Propostas Concretas para a Ação das Autarquias

As autarquias, como entidades empregadoras ou parceiras na gestão das escolas, podem e devem assumir um papel ativo. Propomos:

- **Diagnóstico local das necessidades de TAE**, com envolvimento partilhado das escolas;
- **Acordos de colaboração com o Ministério da Educação** para reforço de pessoal e financiamento;
- **Planos Municipais de Valorização dos TAE**, com metas de contratação, formação e valorização;
- **Revisão da composição dos Conselhos Municipais de Educação**, com representação dos TAE, para auscultação e planeamento conjunto.

Compromisso Esperado dos Candidatos

A FNE e os seus sindicatos apelam a todos os candidatos a:

- **Incluir no seu programa eleitoral medidas concretas para o reforço e valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE);**
- Comprometer-se a abrir canais de diálogo regulares com os representantes dos trabalhadores e estruturas sindicais;
- Estabelecer um **pacto local de qualidade dos serviços educativos**, onde os TAE sejam reconhecidos como pilar fundamental.

Reconhecimento Urgente dos Trabalhadores de Apoio Educativo

Por ocasião das comemorações do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente (23 de novembro de 2024), os sindicatos da FNE aprovaram uma **resolução fundamental** que reforça o papel central dos Trabalhadores de Apoio Educativo no sistema de ensino e aponta caminhos concretos para a sua valorização, tendo definido como princípios fundamentais:

- Os Trabalhadores de Apoio Educativo Pessoal são **essenciais ao sucesso educativo**, com um papel pedagógico, humano e organizacional determinante.
- Trabalham em contextos muitas vezes **desgastantes e emocionalmente exigentes**, contribuindo diariamente para escolas mais inclusivas, seguras e humanas.
- A sua **invisibilidade institucional e política** tem impedido o reconhecimento e a dignificação da sua missão.

A resolução aprovada identifica **medidas estruturais prioritárias**, entre as quais se destacam:

1. Criação de um Estatuto Próprio

- Redefinir as carreiras e conteúdos funcionais específicos;
- Garantir promoção e progressão justas.

2. Revisão do Sistema de Avaliação (SIADAP)

- Adaptar o modelo de avaliação à realidade e especificidade das funções exercidas.

3. Eliminação da Precariedade

- Concretizar vinculações efetivas, consolidar mobilidades e assegurar estabilidade.

4. Revisão Urgente da Portaria dos Rácios

- Adequar os rácios às necessidades reais das escolas, garantindo número suficiente de profissionais.

5. Melhoria das Condições de Trabalho e Remuneração

- Combater o desgaste físico e psicológico;
- Assegurar espaços adequados, salários dignos e medidas de saúde e bem-estar.

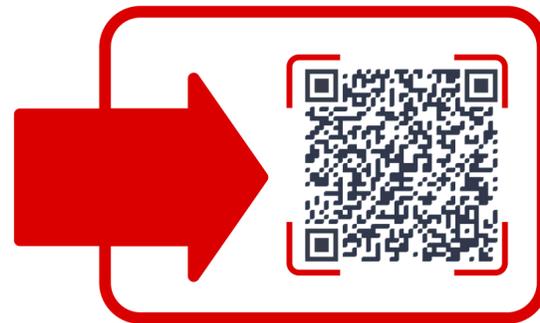
6. Formação Contínua Gratuita e Específica

- Disponibilizar formação ajustada às funções de apoio educativo e sociais desempenhadas.

7. Contratação Planeada e Estratégica

- Adotar políticas de rejuvenescimento da profissão e combate à escassez de pessoal.

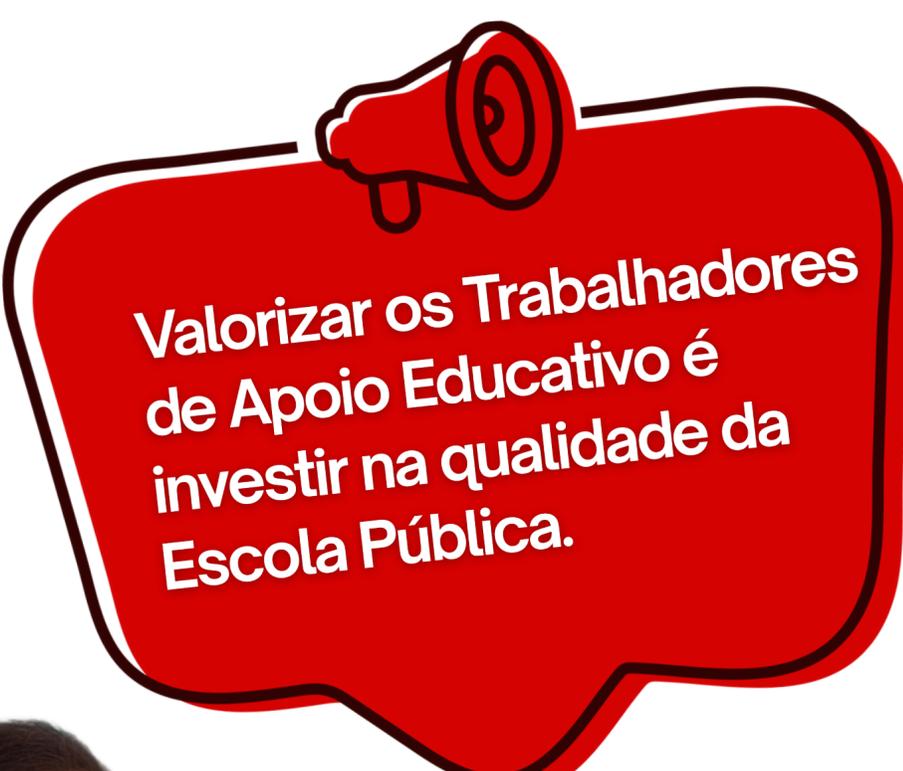
A Resolução de Vila Real (2024) é um marco reivindicativo e programático que destaca a **falta de estratégia da maioria das autarquias**, que não têm assumido plenamente o seu papel como empregadores e responsáveis por políticas locais de educação.



A FNE reafirma que **os Trabalhadores de Apoio Educativo também educam** e que não podem continuar “invisíveis”. **A sua dignificação é inadiável!**

A FNE convida todas as candidaturas às autarquias a:

- Integrar os princípios desta resolução nos seus programas eleitorais.
- Assumir compromissos com a sua implementação progressiva a nível local.
- Reforçar o papel das escolas com todos os seus profissionais reconhecidos.



**Valorizar os Trabalhadores
de Apoio Educativo é
investir na qualidade da
Escola Pública.**



VALORIZAR

Esperamos compromissos firmes e ações concretas para garantir justiça, dignidade e qualidade no trabalho dos Trabalhadores de Apoio Educativo, sem os quais **não há escola segura, inclusiva e de qualidade.**

ROTEIRO PARA A LEGISLATURA 2025-2029

TRABALHADORES DE APOIO EDUCATIVO

QUE PAPEL NO FUTURO DA EDUCAÇÃO, QUE PERFIL E COMPETÊNCIAS

- **O recrutamento: níveis de exigência**

Adoção de medidas concretas de valorização, as quais se devem traduzir no recurso a elevados padrões de exigência na formação inicial.

O perfil de recrutamento deve ter em conta para além das habilitações académicas [12º ano - assistentes operacionais], formação profissional na área da ação educativa, ou seja, o recrutamento deve valorizar a formação específica nomeadamente a certificação em cursos profissionais e ações de formação.

Nos assistentes técnicos valorizar também a formação profissional, quer, na área jurídica, atendimento, contabilidade pública, TIC.

Os Técnicos superiores para além das habilitações académicas devem estar dotados de conhecimentos de gestão, coordenação e dinamização de projetos que se podem realizar nas escolas.

- **Incentivos à mobilidade voluntária**

Devem ser adotados mecanismos de compensação financeira para os trabalhadores que, de forma voluntária queiram pedir a mobilidade para zonas onde haja necessidade de trabalhadores da educação. Deverá ser simplificada a burocracia inerente a este processo e criar um mecanismo de fácil acesso aos interessados que permita visualizar as possibilidades de mobilidade existentes.

- **O estatuto profissional**

Deve ser definido o estatuto profissional com a criação de carreiras específicas, associando-lhe os respetivos conteúdos funcionais, perfis de competência e referenciais de formação.

- **As condições de carreira e de trabalho**

✓ Aposta na valorização com a criação de carreiras específicas, cumprindo a resolução da Assembleia da República.

✓ Determinação de mapas de pessoal nos agrupamentos e escolas não agrupadas, integrando técnicos superiores em quantidade e variedade específica e de acordo com as necessidades que forem diagnosticadas, nomeadamente ao nível da educação social e apoio socioeducativo, da administração financeira e da gestão de recursos humanos.

✓ Elevação das qualificações dos trabalhadores em exercício.

✓ Elevação do estatuto remuneratório.

✓ Organização diferenciada dos horários de trabalho de modo a compatibilizar a vida profissional, pessoal e familiar.

✓ Implementação de uma cultura de bem-estar e felicidade dentro da escola.

- **A formação continua**

Criação de um Observatório da Formação Profissional Continua dos TAE, para identificação das necessidades formativas, promoção da oferta formativa e o seu ajustamento aos diversos contextos.

Investimento na formação dos trabalhadores, o qual deve integrar as áreas relativas ao stress, ao assédio e à violência no trabalho, saúde e segurança no trabalho, gestão de conflitos, gestão de equipas, toxicodependência, multiculturalidade, língua estrangeira (inglês), necessidades especiais, escola inclusiva, inteligência emocional e primeiros socorros. Ou seja, devem ser elaborados referenciais de formação, quer inicial quer continua, em estreita articulação com os conteúdos funcionais a serem definidos, sem prejuízo de prosseguir com as ações consideradas essenciais para a melhoria da qualidade das funções desempenhadas.

As ações devem ser concretizadas em horário laboral.

- **Avaliação profissional**

Criação de um Observatório de Avaliação do Desempenho, para poder identificar, ao nível dos objetivos, competências e procedimentos, as principais transgressões à legalidade no âmbito contextual da lei.

Abolição do sistema de quotas.

– **Consequências da descentralização**

Considera-se que a descentralização promove:

- ✓ Maior proximidade;
- ✓ Possibilidade de negociação da definição de conteúdos funcionais específicos e formação continua, adequada.

Mas também integra:

- ✓ Pouco conhecimento da realidade específica;
- ✓ Falta de sensibilidade para as necessidades de formação específica;
- ✓ Mobilidade interna para funções distintas, garantindo-se o consentimento do trabalhador;
- ✓ Definição clara de competências das Escolas e das Autarquias.

- **Saúde e segurança no trabalho**

Revisão do elenco de doenças profissionais específicas dos Trabalhadores de Apoio Educativo.

Consulta de saúde anual e exames básico de saúde da responsabilidade do Estado, garantindo-se a Medicina no Trabalho a todos os trabalhadores (Autarquias e Ministério da Educação).

Todos os estabelecimentos de ensino devem estar dotados de uma comissão de saúde e segurança no trabalho, coordenada por um elemento com habilitação adequada para o efeito, e com a responsabilidade de identificar as medidas que forem adequadas, promovendo junto da direção da escola a respetiva informação e avaliando as medidas corretivas que forem adotadas, podendo, no caso de incumprimento apresentar queixa à ACT.

Devem ser eliminadas todas as situações em que persista a utilização de amianto nos edifícios escolares.

Devem ser definidos os mecanismos de compensação do desgaste profissional dos trabalhadores da educação, cujo regime de trabalho implica especial e continuo desgaste ao nível físico e intelectual.



Consulte AQUI
versão completa
RPL 2025-2029



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

